


memória CULT




Ouro Preto - MG - Brasil - Ano XII - nº 33 - junho de 2022

memoriacult.com.br



Rio Pomba e sua História
por Manoel Hygino dos Santos 

ENTREVISTA
José Anchieta da Silva 

É hora de reorganizar o Turismo e garantir fluxos
por Mauro Werkema 

CIDADANIA

Pedro Henrique Cardoso de Oliveira, motoboy e estudante, beneficiado pelo Força Família.

UM DIREITO DE TODO MINEIRO.

600 REAIS PAGOS PARA
1 MILHÃO DE FAMÍLIAS.

A Assembleia criou o **Força Família**, único benefício estadual pago aos mineiros durante a pandemia. Um auxílio emergencial para enfrentar o desemprego e a fome. E vencer um dos momentos mais difíceis. Você que recebeu sabe o quanto foi importante. A Assembleia continua trabalhando a favor dos mineiros e para que todos possam viver com respeito, cidadania, dignidade e inclusão.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS**

Poder e voz do cidadão





EDITORIAL

EUGÊNIO FERRAZ

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Finalmente começamos a memóriaCult com uma interessante entrevista com o Dr. José Anchieta da Silva, presidente da Associação Comercial de Minas, autor da brilhante iniciativa de lançar o Segundo Manifesto dos Mineiros, que coloca, cerca de 80 anos depois, Minas Gerais na proeminência da nação, tal e qual aconteceu quando se comemorou os 70 anos do Manifesto original pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais...

A seguir, o brilhante professor Guilherme Queiróz de Macedo discorre acerca de visita à Casa dos contos de Ouro Preto, monumento dos mais importantes de Vila Rica e das Minas Gerais, testemunha restaurada e viva da Inconfidência Mineira.

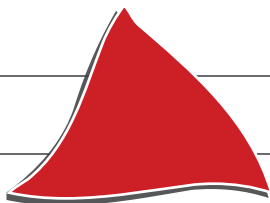
Em Tal Dia é o Batizado, o magistrado Auro Aparecido Maia de Andrade brinda os leitores, como poucos, com sua verve precisa acerca dos fatos da Inconfidência Mineira.

A cidade de Rio Pomba vem a seguir, historiada pela lavra do professor Manoel Hygino dos Santos, jornalista e insigne membro da Academia Mineira de Letras.

O historiador de São João del-Rei, com vários e variados títulos ligado à história e academia local descreve a saga de Sá Luíza da Cananéia, em instigante artigo.

E fechando a edição, o conhecido e reconhecido jornalista Mauro Werkema escreve propondo reorganizar o turismo e garantir fluxos turísticos.

Uma boa leitura a todos.



SUMÁRIO

Fotografia: SXC



Rio Pomba e sua História
por Manoel Hygino dos Santos **20**

Fotografias: SXC



É hora de reorganizar o Turismo e garantir fluxos
por Mauro Werkema **30**

Página do Artista | Capa
Portinari **04**

Entrevista
José Anchieta da Silva | Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais **05**

Visita à Casa dos Contos de Ouro Preto
Guilherme Queiroz de Macedo **08**

A Derrama na Inconfidência Mineira: “Tal dia é o dia do Batizado”
Auro Aparecido Maia de Andrade **13**

Sobre “Sá Luíza da Cananéia”
José Antônio de Ávila Sacramento **25**



EXPEDIENTE

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

ESPAÇO DO LEITOR

Prezado editor,

Gostei muito da entrevista do jornalista Manoel Marcos Guimarães. Muito inteligente e sensato politicamente. E que representatividade a dele no jornalismo mineiro! Parabéns.

Sérgio Diniz
Chefe de cozinha, empresário.

EDIÇÃO ANTERIOR



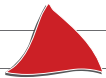
A edição número 32 da Memória CULT publicou um interessante artigo do historiador Rodrigo Magalhães sobre a Fazenda Santa Clara, dentre vários outros. O entrevistado foi o jornalista Manoel Marcos Guimarães, que completou 50 anos dedicado à profissão.

Acesse todas as edições da revista memória CULT em www.memoriacult.com.br

memória **CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano XII - nº33 - junho de 2022
Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG
Projeto Gráfico | Raphael Simões
Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos
Foto da capa | Eugênio Ferraz

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.



PORTINARI

Cândido Portinari nasce em 30 de dezembro de 1903, numa fazenda de café perto do pequeno povoado de Brodowski, no estado de São Paulo. Filho de imigrantes italianos, de origem humilde, tem uma infância pobre. Recebe apenas uma instrução primária. Desde criança manifesta sua vocação artística. Começa a pintar aos 9 anos. E - do cafezal às Nações Unidas - ele se torna um dos maiores pintores do seu tempo.

O tema essencial da obra de Candido Portinari é o Homem. Seu aspecto mais alto do grande público é a força de sua técnica social. Menos conhecido, há também o Portinari lírico. Essa outra vertente é povoada por elementos das reminiscências da infância na sua terra natal: os meninos de Brodowski com suas brincadeiras, suas danças, seus cantos; o circo; os namorados; o camponeses ... o ser humano em aspeços de ternura, solidariedade, paz.

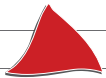
Pela importância de sua produção estética e pela atuação consciente na vida cultural e política brasileira, Candido Portinari alcança reconhecimento dentro e fora do seu País. Essa afirmação de seu valor se expressa nos diversos convites recebidos de instituições culturais, políticas, religiosas, para realização de exposições e criação de obras; nos prêmios e honrarias obtidos nas mais diferentes partes do mundo; na aura de amizade e respeito construída em torno de sua imagem; no orgulho do povo brasileiro, tão bem representado em sua obra.

Fonte: <http://www.portinari.org.br>



Desenhos de Portinari esboçando um anjo (capa) e Tiradentes. Peças valiosíssimas e que, de certa forma bem representam o momento atual por que passa nosso país... Orações e sacrifícios maiores para a nossa sociedade.





JOSÉ ANCHIETA DA SILVA

Fotografia: Fábio Ortolan



Como surgiu sua ideia de lançar o Segundo Manifesto dos Mineiros?

Estamos vivendo um período de muitas incertezas e instabilidade nacional. A crise entre os poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário - tem deixado a sociedade vulnerável e criado impactos políticos, econômicos e sociais muito graves. Manifestações antidemocráticas têm sido frequentes em todos eles. E já vislumbrando o acirramento dos ânimos neste ano, começamos a organizar, em março, um documento que marcasse nosso posicionamento em defesa

da democracia e contra qualquer atitude que possa ameaçar a nossa Constituição Federal. Então, me cerquei de centenas de pessoas empenhadas em reposicionar Minas Gerais como berço da democracia e que, em um momento como este, não se furtaria à luta em um discurso não-beligerante, mas sim de união. E, assim nasceu o Segundo Manifesto dos Mineiros ao Povo Brasileiro, que foi lançado na primeira semana de setembro, semana essa que se tornou uma das mais importantes na história do Brasil, com tantas manifestações de apoio e defesa da democracia e o esvaziamento de discursos de ódio.





Um dos orgulhos que carrego em minha trajetória é a de ser conterrâneo do jurista Affonso Penna, primeiro mineiro a se tornar presidente do Brasil, e uma inspiração para mim...



Descreva um pouco de sua trajetória tão conhecida como benfeitor de sua terra, de lá mantendo a divulgação permanente de Affonso Penna e cuidando do patrimônio artístico cultural local.

Um dos orgulhos que carrego em minha trajetória é a de ser conterrâneo do jurista Affonso Penna, primeiro mineiro a se tornar presidente do Brasil, e uma inspiração para mim. Na peça de teatro que escrevi “Santa Bárbara conversa com sua história”, criei um diálogo atemporal entre ele, Antônio Bueno da Silva, bandeirante descobridor da cidade e Irmão Lourenço, fundador do Santuário do Caraça. Além disso, tento sempre manter a história de Santa Bárbara viva. Antecipando as celebrações do tricentenário da cidade, trabalhei incansavelmente pela preservação de sua memória, participando de várias restaurações: Igreja de São Francisco, Capela do Senhor do Bonfim, Capela de Santa Luzia, Cine Vitória, Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, Casa de Affonso Penna (projeto e devolução do mausoléu e dos restos mortais do presidente), devolução das escadarias da Casa Rocha à sua arquitetura original, novo calçamento da Avenida Petrina de Castro entre a Igreja do Rosário e a praça da Matriz, e adoção da Cadeia para abrigar o Museu Antoniano. Em 2002, inaugurei o Hotel Quadrado, que é de minha propriedade até hoje. Minha ligação com Santa Bárbara se confunde com meus laços familiares.

Sua atuação foi muito marcante na condução do IA e, agora, à frente da ACMINAS, o senhor lança desafios gigantescos como esse SMM. Qual a razão de tudo isso?

Uma das minhas inquietudes é buscar sempre o desenvolvimento social. Uma sociedade forte, preocupada com a educação e a segu-

rança social, gera oportunidades para todos. Acredito que todos merecem perseguir seus sonhos, seus objetivos. E entendo meu papel social assim: promover um alicerce para que tenhamos uma sociedade justa, desenvolvida e com equidade.

A inspiração para a redação do manifesto veio de onde?

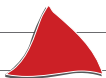
Em 1943, os mineiros se uniram em um manifesto contra a ditadura Vargas. Naquele momento, foram protagonistas em um movimento nacional de retomada da democracia. Então, vi que era necessário novamente reunir mineiros preocupados com o presente e com o futuro do Brasil neste momento.

O que precisa mudar com urgência no Brasil?

Considero dois pontos: as reformas e uma revisão da Constituição. No primeiro ponto, precisamos das reformas político-eleitoral, administrativa, do sistema de educação - porque só a educação transforma as pessoas-, do sistema de segurança, a reforma orçamental e econômica, e do sistema tributário. As reformas podem modernizar e aprimorar os sistemas precários que encontramos no país.

O segundo ponto é a revisão da Constituição Federal, que já cumpriu o seu papel, valorizando a cidadania e assegurando a democracia. Mas em vários pontos ela acaba sendo antônima de si mesma, já que detém, para cada mesma pergunta, um sim e um não como resposta. Ela precisa ser atualizada para os tempos modernos, acompanhar a evolução da sociedade brasileira e seus conflitos.

“
Em 1943, os mineiros se uniram em um manifesto contra a ditadura Vargas. Naquele momento, foram protagonistas em um movimento nacional de retomada da democracia...”



Visita à Casa dos Contos de Ouro Preto

GUILHERME QUEIROZ DE MACEDO

Professor, licenciado em História e Pedagogia – UFMG



Mesmo no fim do século há estranhas ligações entre governantes e potentados, que não podem deixar de ser suspeitas: Luís da Cunha Menezes, por exemplo; ou o Visconde de Barbacena, que protegeu João Rodrigues de Macedo, o arrematante de contratos que não presta satisfação, endividado que constrói a mais suntuosa das residências – a Casa dos Contos –, de notória intimidade com o poder, ao qual emprestaria dinheiro, o que explica seu não envolvimento na devassa, quando era público que sua casa serviu de sede aos encontros conspiratórios. Ele não foi detido, mas seu contador Capitão Vicente Vieira da Mota foi vítima de condenação de dez anos em Moçambique.

Entre as residências, há inúmeras de grande beleza e que ainda se conservam e são apreciadas em várias cidades, sobretudo Ouro Preto. A mais notável é da penúltima década – a de João Rodrigues de Macedo, conhecida por Casa dos Contos, que se distingue não só pela elegância como pelas dimensões.

(IGLÉSIAS, Francisco. Três Séculos de Minas. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, 1.985. Texto originalmente escrito sob encomenda da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e publicado no Catálogo do VIII Festival de Inverno, realizado em Ouro Preto, em julho de 1.974, p.11 e 15).



No dia 24 de setembro de 2003 visitei, em companhia do escritor e ensaísta catarinense Enéas Athanázio e sua esposa Sra. Jandira, as cidades históricas mineiras e antigas capitais das Minas Gerais Ouro Preto e Mariana. Enéas Athanázio veio a Minas receber o Prêmio Lúcia Miguel Pereira – categoria Ensaio, concedido pela Academia Mineira de Letras, pela publicação da obra “As Antecipações de Lobato e outros escritos”, publicada pela Editora Minarete, de Balneário Camboriú – SC, em 2002. A solenidade de entrega dos prêmios, à qual também compareci, foi realizada no dia 25 do mesmo mês, na sede da Academia Mineira, na Rua da Bahia, centro cultural da capital mineira desde o início do século XX.

Saímos da capital das Alterosas pela manhã com destino a Ouro Preto e, no caminho, Enéas relatava as suas recentes andanças pelo Nordeste, em mais uma das suas fre-

qüentes viagens literárias e culturais à região. Chegamos a Ouro Preto, visitamos a Feira de Artesanato no Largo da Igreja São Francisco de Assis, que visitamos e admiramos as obras artísticas da nave superior do Mestre Manoel da Costa Ataíde, os altares, frontão da entrada, sacristia e lavabo do monumento histórico-religioso, atribuídas ao genial Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Almoçamos no restaurante “Casa dos Contos”, que serve a tradicional e típica cozinha mineira. Após o almoço, fomos até a Biblioteca Pública Municipal de Ouro Preto, onde Enéas doou vários títulos de sua autoria para o acervo da instituição.

Sugeri a Athanázio que visitássemos a Casa dos Contos, monumento histórico-arquitetônico que foi residência e casa de contratos do rico contratador João Rodrigues de Macedo. Em suas dependências ocorreram fatos cruciais da Conjuração Mineira, da qual o



Fotografias: Eugênio Ferraz

próprio Contratador fazia parte, como a morte do poeta inconfidente Cláudio Manoel da Costa, que ficou preso nas dependências da casa, utilizada como quartel das tropas enviadas pelo Vice-Rei do Rio de Janeiro para reprimir a Conjuração Mineira, após a delação de Joaquim Silvério dos Reis: durante a repressão à Inconfidência Mineira, suas salas centrais e piso térreo foram convertidos em prisão nobre para vários conjurados de elevados títulos sociais, dentre eles o Doutor Cláudio Manoel da Costa, que viria a falecer em seu “Segredo” na madrugada de 04 de julho de 1.789 (FERRAZ, Eugênio. *A Casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio histórico e memória da sua restauração* no ano de seu bicentenário ocorrido em 1.984. Belo Horizonte: C/Arte, 2.004).

A construção do imóvel terminou em 1.784, há 220 anos e a 05 anos da delação da Conjuração Mineira de 1.789. O imóvel foi confiscado pelo Governo Colonial Português, em

1.804, para saldar parte das dívidas do contratador Macedo junto à Fazenda Real, há exatos dois séculos: o prédio foi avaliado, em 1.803, em 52 contos, quantia equivalente a 125 Kg de ouro, que hoje, sem qualquer atualização face aos valores relativos de épocas, representa, em fevereiro de 2.004, cerca de R\$ 4.875.000,00, informa-nos Eugênio Ferraz que, ainda acrescenta que, entretanto, o valor estimado, após avaliação pioneira, que levou em conta a sua valoração cultural envolvendo aspectos técnico-históricos do prédio, sua restauração e seu valor, foi de R\$ 7.000.000,00, que se coaduna perfeitamente com o contexto relativizado do monumento. O confisco do imóvel particular de Macedo e a sua transformação em sede de várias repartições públicas ao longo de dois séculos, de certa maneira o conservou intacto, sem maiores descaracterizações, livrando-o da total deterioração ou destruição, até a sua restauração definitiva em 1.984, há trinta e sete anos.

A equipe de restauração do imóvel-monumento foi coordenada por Eugênio Ferraz, Engenheiro da Delegacia do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, tendo sido amplamente documentada e relatada na obra *Casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio histórico e memória da restauração no ano de seu bicentenário ocorrido em 1.984*, publicada pela primeira vez em 1.985 e em edições ampliadas e revisadas em 2.004 e em 2006 (bilíngue). Além disso, outras publicações de Ferraz aprofundaram os aspectos técnicos relacionados com a restauração das estruturas madeireiras de bens imóveis coloniais, como *A restauração da Casa dos Contos: estrutura madeireira*, em coautoria com Edir C. Tenório, Nilton A Ribeiro e Adair E. Marques, técnicos do CETEC/MG – Centro Tecnológico de Minas Gerais, e as potencialidades de seu acervo documental, que foi parcialmente microfilmado na mesma época, nos dois volumes de *As potencialidades de pesquisa da Casa dos Contos*. Dentro da mesma linha editorial, Ferraz pretende lançar publicações e estudos inéditos como *Avaliação pioneira de patrimônio histórico no Brasil: a valoração cultural da Casa dos Contos de Ouro Preto*, em conjunto com os engenheiros Maria dos Anjos Portugal e Radegaz Nasser Júnior.

Atualmente, o prédio-monumento pertence ao Ministério da Fazenda e nele encontram-se instaladas a Agência da Receita Federal de Ouro Preto, o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (inaugurado em fevereiro de 1.974) e o Museu Fazendário, cujo acervo mantém as exposições permanentes Casa da Fundação e da Moeda, Emissões Monetárias do Banco Central e Vestígios da presença escrava nas Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX (instalada na senzala da Casa dos Contos), além de exposições itinerantes

na Sala Historiador Tarquínio José Barbosa de Oliveira (Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles). O Museu ainda mantém a biblioteca de obras raras Luís Camilo de Oliveira Neto, intelectual itabirano, primo do poeta Carlos Drummond de Andrade e sobrinho do historiador João Camilo de Oliveira Torres. Luís Camilo foi um dos redatores do Manifesto dos Mineiros de 1.943, contra a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1.937 – 1.945), cujo centenário de nascimento foi objeto de homenagens do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Casa dos Contos de Ouro Preto, em dezembro de 2.004. A missão da Casa dos Contos e Centro de Estudos do Ciclo do Ouro é: preservar a memória econômico-fiscal do ciclo do ouro, a arquitetura barroca e promover as artes e a cultura nacional.

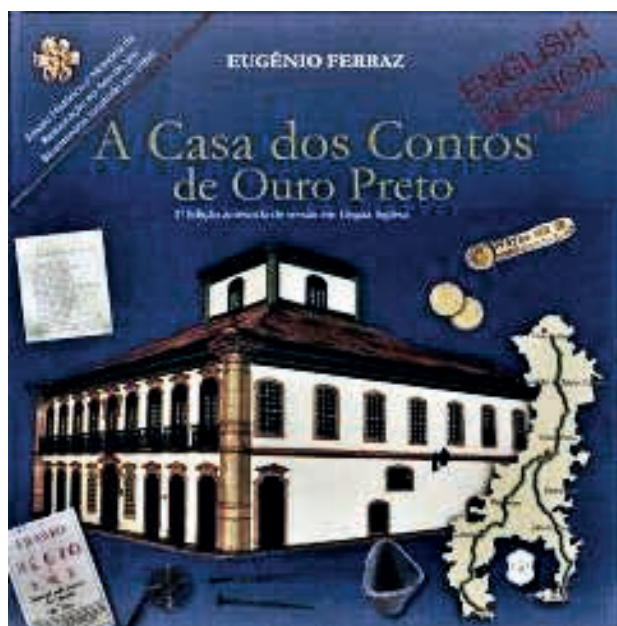
Visitamos as dependências e exposições permanentes de moedas, cédulas e objetos históricos do ciclo do ouro; a exposição itinerante sobre a história da psiquiatria no Brasil e a biblioteca Luís Camilo de Oliveira Neto. Impressionamos, sobretudo, com a senzala da Casa dos Contos, cujo piso é de seixos rolados, conhecido como “pé-de-moleque”, ao lado do rio Tripuí. Imaginamos o sofrimento dos escravos acorrentados em local tão úmido e frio, também sujeito a alagamentos na época das chuvas. Adquiri algumas publicações da Casa dos Contos e, terminada a visita, tiramos algumas fotografias em frente à Casa dos Contos.

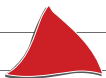
Em seguida, visitamos o Grande Hotel de Ouro Preto. Construído às margens do rio Tripuí, onde foi encontrada a primeira pepita de ouro preto (*), localiza-se do lado de cima da Casa dos Contos, na Rua das Flores. Diamantina e Ouro Preto são as únicas cidades

coloniais mineiras e brasileiras que possuem em seu centro urbano obras modernistas do genial arquiteto Oscar Niemeyer, edificadas em cidades históricas com o tradicional estilo arquitetônico barroco. Ficamos admirados com um painel de Oscar Niemeyer, existente à direita da parede da entrada do saguão principal da portaria. No hotel existe um restaurante com o curioso nome de Perypatus (espécie animal que é um verdadeiro fóssil vivo, existente na região do pico do Itacolomi). Durante a visita, tiramos várias fotografias do bellissimo painel de Niemeyer, bem como das demais dependências do Grande Hotel.

Em seguida, seguimos para uma rápida visita a Mariana, onde visitamos as Igrejas do Rosário, São Pedro dos Clérigos, das Mercês e do Carmo. As duas últimas Igrejas ficam no Largo da Câmara e Cadeia e do Pelourinho de Mariana, sendo que a Igreja do Carmo foi completamente atingida por um incêndio, que destruiu para sempre a nave superior, com a bellissima pintura do teto atribuída ao mestre Manoel da Costa Athayde. A destruição do patrimônio histórico por incêndios trágicos e desastrosos, como o também ocorrido com o sobrado da Praça Tiradentes de Ouro Preto foi objeto do artigo de minha autoria, intitulado Cuidados com a memória, (Caderno Pensar, Jornal Estado de Minas, 17/05/2003), também publicado na 2ª edição do livro A Casa dos Contos de Ouro Preto (FERRAZ, Eugênio. 2.004, p. 169). No final da tarde retornamos a Belo Horizonte. Foi um dia bastante proveitoso e muito agradável.

(*)Origem e significado do nome da cidade de Ouro Preto: O nome Ouro Preto foi adotado em 20 de maio de 1823, quando a antiga Vila Rica foi elevada a cidade. “Ouro Preto” vem do ouro escuro, recoberto com uma camada de óxido de ferro, encontrado na cidade. O primeiro nome da cidade foi Vila Rica. Depois, foi Vila Rica de Albuquerque, em homenagem ao Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho, então Governador das Capitanias de São Paulo e Minas do Ouro. Foi D. João V quem mandou retirar o Albuquerque do nome, e adotou o Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar, para homenagear a padroeira da cidade.





A DERRAMA NA INCONFIDÊNCIA MINEIRA: “TAL DIA É O DIA DO BATIZADO”

AURO APARECIDO MAIA DE ANDRADE

Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais, aposentado



Não raras vezes se ouve dizer¹ que a Inconfidência Mineira somente aconteceu porque a metrópole portuguesa iria decretar a chamada “derrama”.

Ocorre que esse entendimento é uma visão restrita e distante dos demais elementos que formam a dimensão do movimento Inconfidente que teve como centro nevrálgico a Capitania de Minas Gerais.

Com efeito, a “derrama” em Minas Gerais foi apenas um pretexto que seria utilizado pelos inconfidentes para colocar em prática o movimento revolucionário que já estava estruturado para acontecer. Calharia, assim, o início do confronto armado contra os representantes da metrópole portuguesa. Uma

questão de estratégia dentro do consistente programa da Conjuração Mineira.

O arrocho fiscal que pesava sobre os colonos das Minas Gerais, embora tenha sua importância no contexto da Inconfidência Mineira como um de seus vários motivos, longe está de configurar o seu fator determinante. Indubitavelmente inúmeras foram as situações que concorreram para aquele Movimento. Entretanto, poucos se apercebem que os fundamentos basilares da Conjura Mineira eram as condições necessárias de Minas Gerais para se tornar autossuficiente e desenvolvida, tanto em tecnologia, como economicamente², a partir da ruptura do sistema de dominação colonial existente.



Ressalte-se ainda que a Inconfidência Mineira se originou bem antes da data estimada para a “derrama”. Como se sabe, os ideais Inconfidentes remontam aos primeiros anos de 1780.³

E como os movimentos revolucionários necessitam, dentre outros, de um marco fático-temporal para ser deflagrado, valer-se da “derrama” nesse propósito tornou-se parte do programa Inconfidente. Ora, todo levante que se preza deve ter um plano fulcrado em viabilidades. E com a Inconfidência Mineira não foi diferente, porquanto foi uma revolução que objetivava a independência político-administrativa do Brasil-colônia em relação a Portugal-metrópole, começando com a independência de Minas Gerais que contava com o apoio de outras Capitânicas, destacando-se a Capitania do Rio de Janeiro.

A Inconfidência Mineira foi o primeiro e único movimento revolucionário que buscou a unidade e a independência do Brasil.⁴ Não foi, como “ab initio” assinalado, um simples levante de poetas ou membros endividados da elite colonial. Ao contrário, nela estavam representantes de todas as classes sociais e, especialmente, vários representantes da elite civil, clerical, militar e administrativa da Capitania de Minas Gerais, dentre os quais vários intelectuais, e contava com um nítido e definido programa revolucionário pautado em propostas sólidas e factíveis, e cujos fundamentos se inspiraram nas ideias iluministas defendidas por seus líderes, somados que foram a outros integrantes que colheram os mesmos princípios libertários e desenvolvimentistas como estudantes das Universidades de Coimbra (Portugal) e de Montpellier (França), notadamente a primeira. Acresce-se que foi também no cenário internacional a referência prático-ideológica para a Conjuração de Minas, o que

consistia na independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, mais o apoio logístico e financeiro buscado ao mencionado Estados Unidos na pessoa do embaixador norte-americano em Paris, Thomas Jefferson.⁵ Soma-se mais que o Levante Inconfidente contaria também com a ajuda de comerciantes da cidade francesa de Bordeaux.

E retornando para o centro deste recortado episódio da Inconfidência Mineira, chamava-se “derrama” a cobrança coercitiva que recaía sobre todos os cidadãos livres da vasta região territorial das Gerais. Não alcançava apenas os produtores de ouro, mas todos os demais habitantes. De todos eles a Coroa Portuguesa expropriava bens e valores, indistintamente, até se alcançar o valor da dívida completamente.

Durante o reinado de D. José I,⁶ e sendo seu plenipotenciário Ministro o Marquês de Pombal,⁷ foi restabelecido⁸ sobre a região da Capitania de Minas Gerais o imposto que incidia sobre a quinta parte de todo o ouro nela produzido. Era o famigerado “quinto” do ouro que tinha sido originariamente instituído por Portugal logo após a descoberta do ouro⁹ no território das Gerais.

Estando vigendo o “quinto”, os produtores de ouro em Minas deveriam repassar para a Coroa portuguesa, anualmente, o mínimo de 100 arrobas ou 1,5 toneladas de ouro (o que equivalia a 12474 kg)¹⁰ em relação à toda aurífera. Caso essa quantidade mínima não restasse alcançada, dar-se-ia ensejo ao procedimento da “derrama”.

Acontece que até o ano de 1762¹¹ essa quota mínima de 100 arrobas de ouro em favor dos cofres reinóis de Portugal foi sempre alcançada, tendo até sido superavitária em algumas ocasiões, mas o declínio do ouro se acentuou desde então.



Fotografia: SXC

Não bastasse o imposto do “quinto”, ainda existiam outros tributos, quais sejam, dízi-mos, entradas, emolumentos civis e eclesiás-ticos, sem contar os impostos extraordinários como o que foi exigido para se auxiliar na reconstrução da cidade de Lisboa que havia sido quase que completamente destruída por um terremoto no ano de 1750.¹²

Devido a tudo isso, em Minas Gerais já havia ocorrido uma primeira “derrama” no ano de 1763 cujo atraso fiscal do quinto do ouro era de 206 kg.¹³ E essa diferença foi se tornando cada vez maior.

Ocorre que no ano de 1788 o Visconde de Barbacena¹⁴ assumiu o cargo de novo governador da Capitania de Minas Gerais e trouxe de Portugal ordens expressas¹⁵ para colocar em prática a “derrama”. Naquela ocasião os “quintos” atrasados somavam 8,6 toneladas de ouro que, segundo o historiador Lucas Figueiredo equivalia “ao peso de um elefan-te africano adulto – e dos grandes”.^{16_17_18}

Para termos uma melhor compreensão de todo o ouro produzido por Minas Gerais e pelo restante do Brasil, entre 1720 e 1807 a colônia brasileira enviou para a metrópole portuguesa, somente como tributos arrecadados, 150.000 (cento e cinquenta mil) toneladas de ouro, ou seja, 60.000 (sessenta mil) contos de réis, e pas-memo-nos, dessa descomunal quantidade, 2/3 (dois terços) se originaram de Minas Gerais.¹⁹

Acontece que o movimento Inconfidente estava maduro, desde antes, frise-se, para ser colocado em ação. Faltava apenas se estabele-ecer o seu marco inicial. E com a notícia de que o novo governador iria decretar a “derra-ma”, esta se tornou, portanto, a fagulha para deflagrar a programada revolução. Assim, inseriu-se na programação dos Inconfidentes que o levante se iniciaria no dia em que fosse instituída (ou decretada) a “derrama” pelo governador Visconde de Barbacena. Tornou-se, portanto, essa data a ocasião em que se-ria efetivado o movimento revolucionário.

Demais disso, nenhuma outra situação se mostrava mais oportuna para motivar o engajamento popular daqueles que porventura ainda não tivessem aderido ao projeto da Inconfidência, senão a data do início da “derrama” que representaria o ponto alto da opressão da metrópole sobre o Brasil, especialmente à Capitania de Minas. Com a “derrama” o povo de Minas Gerais seria - mais ainda - sacrificado pelos cofres régios, sendo forçados a pagar tributo referente ao ouro que não extraiu, já que a partir da segunda metade do século XVIII começou a acontecer a insuficiência da produção aurífera.

Todavia, ressalte-se, não se sabia ainda qual seria a data em que o Visconde de Barbacena decretaria o início da “derrama”.

No passo, destaca-se que tão logo se anunciasse a “derrama” os adeptos do Movimento sairiam às ruas aos gritos de “viva a liberdade!”.²⁰

E quando se soubesse da data da “derrama”, os líderes da Conjuração e o demais participantes do movimento necessitariam articular entre si e propalar junto ao povo divulgando a deflagração da revolução. Só que para isso seria necessário que, também em segredo, combinassem uma senha que somente os integrantes do levante soubessem. Seria ela a centelha para o estopim.

Daí foi convencionado entre os líderes inconfidentes que a senha deveria ser “tal dia é o dia do batizado”, onde “tal dia” seria substituído pela data em que aconteceria a “derrama” e, mais, que a palavra “batizado” significaria na verdade a decretação da “derrama” que seria o acontecimento esperado para se iniciar a revolta Inconfidente.

Esse ficou sendo o sinal estabelecido para servir de ordem para acontecer a programa-

da revolução armada contra as autoridades reinóis que começaria em Vila Rica, capital da então Capitania de Minas Gerais.

Impõe-se destacar que a data para se decretar a derrama decerto chegaria com facilidade ao prévio conhecimento da elite administrativa da Capitania de Minas Gerais, de cujo círculo alguns integrantes também faziam parte da Inconfidência Mineira, inclusive na condição de líderes, como era o caso do Ouvidor Geral da Comarca da Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga²¹⁻²², do Comandante das forças militares da Capitania de Minas Gerais, o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, sendo que este último era cunhado do naturalista e intelectual José Álvares Maciel.²³

Evidências sugerem que a senha dos inconfidentes – “tal dia é o dia do batizado” - teria sido combinada entre seus principais líderes em reunião que fizeram no dia 08 de outubro de 1788 na casa do Padre Toledo, também inconfidente,²⁴ após a cerimônia do batizado de dois dos filhos do inconfidente Alvarenga Peixoto²⁵ e Barbara Eliodora,²⁶ João Damasceno e João Eleutério, ocorrido na então Vila de São José Del-Rey (atual cidade de Tiradentes).

Nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira²⁷ se colhe a informação de que em outra reunião entre os líderes inconfidentes, desta feita aos 26 de dezembro de 1788, na residência do já nominado inconfidente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada,²⁸ foram tratados assuntos referentes ao levante que estava programado para ter início na ocasião em que fosse decretada a “derrama”. Saliente-se que se esperava que a “derrama” fosse decretada em meados de fevereiro de 1789.²⁹

O cenário era este: tudo estava pronto dentro do programa. Apenas se aguardava o conhecimento da data em que aconteceria a “derrama” para que pudessem dar início à revolução. Faltava apenas essa faísca para se por em prática o levante.

Mas no meio do caminho surgiu uma pergunta que não quer calar: porque a “derrama” – que havia sido tão comentada publicamente – não foi levada adiante pelo Visconde de Barbacena?

E a resposta se mostra com certa obviedade: a Corte Portuguesa receava perder a “galinha de ovos de ouro”. Portugal sabia que o esgotamento das riquezas auríferas no Brasil, e especialmente em Minas Gerais, era um fato, mesmo insistindo em desconsiderar essa realidade devida sua sanha arrecadatória colonialista. Também era real a maturidade emancipatória da Capitania de Minas Gerais e de outras mais. O ideário Inconfidente era há tempos de conhecimento público, não havendo sequer como negar sua existência que, certamente, devia ser de conhecimento da Corte Portuguesa. Era só uma questão de tempo.

E somar ao tempo a oportunidade separatista era uma equação que a metrópole não queria efetuar.

O cenário, enfim, era mais ou menos esse: “apertar, apertar e apertar, mas cuidado para não espanar”, como já fala o dito popular.

Daí, na já apontada análise custo-benefício para a Coroa Portuguesa e, ainda, ressaltando que o Visconde de Barbacena, assim como a Corte Portuguesa, sabia do descontentamento e resistência que a “derrama” por certo causaria³⁰ e, por isso, houve por não facilitar as coisas. O risco seria alto demais não só para Portugal, mas também para o próprio aludido capitão-general que estava à frente da mais importante Capitania dos domínios portugueses, Minas Gerais.

Aliás, o conhecimento que tinha o Visconde de Barbacena sobre o movimento inconfiden-

te e, quem sabe, seu envolvimento no levante, bem como a forma suspeita com que determinou a abertura da correspondente Devassa³¹ e a controlou enquanto pode, justificam seja melhor pesquisado esse capítulo da história da Inconfidência Mineira. Vários aspectos necessitam ser esclarecidos, ao que se acresce o caso das aparentes inconsistências entre a data

da carta-denúncia de Joaquim Silvério dos Reis³² e a da suspensão da “derrama” determinada pelo próprio Visconde à Intendência da Real Fazenda em Vila Rica.

Enfim, se restou certo que a “derrama” não foi a única determinante da Inconfidência Mineira, noutra sentido ficou claro também que a sua frustração levou – isoladamente – o malogro de toda a prática revolucionária do levante inconfidente.

“Só que para isso seria necessário que, também em segredo, combinassem uma senha que somente os integrantes do levante soubessem...”

Tudo isso parece ser uma contradição, mas em verdade são partes que se somam a outras e que resultam no todo que foi a Inconfidência Mineira.

E quando falamos em Conjuração de Minas, fica a certeza de que, embalde a sua face de revolução militar (conflito armado) tenha sido frustrada³³ devido a não decretação da esperada “derrama”, noutro sentido, ou

seja, no prisma ideológico e programático, concluímos - sim - que foi um Movimento exitoso. Foi nela que se tratou pela primeira vez em solo brasileiro da unidade nacional, da liberdade, da autonomia político-administrativa, da democracia, da república, do desenvolvimento tecnológico e do progresso a partir de nossas riquezas naturais, e que foram - e serão - postos em prática nos subsequentes tempos históricos.

NOTAS

¹ O historiador Augusto de Lima Júnior ressalta que “Alguns escritores mal informados procuraram obscurecer os méritos da Inconfidência de Minas Gerais, em 1789, convencidos de que não passaria de um gesto de rebeldia de opulentos maus pagadores do Fisco Régio.” (História da Inconfidência de Minas Gerais, editora Itatiaia, 3ª edição, Belo Horizonte, 1968, pág. 79)

² Lucas Figueiredo, O Tiradentes – Uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier, editora Companhia das Letras, 1ª edição, São Paulo, 2018, pág. 143.

³ Várias são as referências nesse sentido nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.

O Padre Toledo disse ao fazendeiro Francisco Antônio de Oliveira Lopes que no ano de 1781 teria sido convidado para o levante inconfidente pelo Cônego Luis Vieira da Silva (Augusto de Lima Júnior, ob. cit., pág. 20).

Também, José de Resende Costa (filho), em 16/11/1839, nas anotações que fez ao texto de Robert Southey, Histórias do Brasil, disse que Tiradentes se manifestava com ideais libertários já no governo de Luis da Cunha Menezes (ADIM, vol. 9, pág. 459).

Acresce-se que Luis da C. Menezes foi governador da Capitania de Minas Gerais no período de 1783 a 1788, sendo seu sucessor o Visconde de Barbacena.

⁴ KENNETH MAXWELL, A Devassa da Devassa, editora Paz e Terra, 7ª edição, São Paulo, 2010, pág. 308.

⁵ Thomas Jefferson era um dos líderes da revolução de Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, tendo sido presidente do novel Estados Unidos em duas ocasiões.

⁶ Foi rei de Portugal entre os anos de 1750 a 1777.

⁷ Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi quem de fato governou o reino português na época de D. José I. Foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado de Portugal em 1750, elevando-se para o de Primeiro-Ministro em 1755

e nele permaneceu até a morte de D. José I (1777).

⁸ Através da Carta Régia de 3/12/1750 (Augusto de Lima Júnior, ob. cit. pág. 80).

⁹ Augusto de Lima Júnior, ob. cit., pág. 79.

¹⁰ Boa Ventura! A Corrida do Ouro no Brasil (1697-1810), Lucas Figueiredo, 5ª edição, editora Record, Rio de Janeiro, 2012, pág. 273.

¹¹ Pedro Doria, 1789 – A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil, editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2014, pág. 80.

¹² Augusto de Lima Júnior, ob. cit., pág. 80 e 82.

¹³ Lucas Figueiredo, O Tiradentes – Uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier, editora Companhia das Letras, 1ª edição, São Paulo, 2018, pág. 165.

¹⁴ Luis Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (1754-1830), o Visconde de Barbacena, sucedeu Luís da Cunha Menezes como governador da Capitania de Minas Gerais, o que fez no período de 1788 a 1797 (Pedro Doria, 1789 – A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil, editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2014, pág. 10).

¹⁵ As ordens foram determinadas pelo Ministro de Ultramar da Corte da rainha D. Maria I, Martinho de Melo e Castro (Lucas Figueiredo, ob. cit., pág. 165).

¹⁶ Idem, pág. 165.

¹⁷ Idem, pág. 294.

¹⁸ Mário Caldonazzo de Castro informa que o déficit de ouro para a Coroa Portuguesa era de cerca de 384 arrobas, ou seja, 5.760 kg., quase 6 toneladas. (cf. nota de rodapé 110 da pág. 81 do livro Autos da Devassa – A Inconfidência Mineira por detrás da Cortina: o Levante, Tiradentes, o Advogado e o Processo – editora Juruá, 2016, Curitiba)

¹⁹ Pedro Doria, ob. cit., pág. 77.

²⁰ Laima Mesgravis, *História do Brasil Colônia*, editora Contexto, 2017, São Paulo, pág. 134.

²¹ Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) nasceu na cidade do Porto, em Portugal. Seu pai era brasileiro natural do Rio de Janeiro. Do lado materno, Gonzaga descendia de Ingleses. Formou-se na Universidade de Coimbra. Era Ouvidor Geral da Comarca de Vila Rica na ocasião do movimento Inconfidente. (Pedro Doria, ob. cit. pág. 9, 38 e 39).

Já tinha sido nomeado antes para o cargo de Desembargador junto ao Tribunal da Relação da Bahia. Também era Poeta sendo o autor das ferrenhas Cartas Chilenas, obra em que criticava, sob pseudônimo e que circulava às escondidas, o autoritário e corrupto governador Luis da Cunha Menezes, dentre outros. Era noivo de Maria Doroteia Joaquina de Seixas, a famosa “Marília de Dirceu” que deu nome a sua obra literária escrita quando estava no cárcere.

²² Gonzaga era amigo do intendente da Real Fazenda em Vila Rica, Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, a quem o Visconde de Barbacena incumbira de fazer um relatório sobre os “quintos” em atraso. (Pedro Doria, ob.cit., pág. 200/201).

²³ José Álvares Maciel (1760-1804). O pai do inconfidente José A. Maciel tinha esse mesmo nome e era o Capitão-Mor de Vila Rica.

²⁴ Mário Caldonazzo de Castro, ob. cit., pág.85.

²⁵ Inácio José de Alvarenga Peixoto (1742-1792), ex-Ouvidor-Geral da Comarca do Rio das Mortes

(atual São João del-Rey), formado na Universidade de Coimbra, fazendeiro-minerador, poeta e Coronel da Tropa de Auxiliares.

²⁶ Seu nome completo era Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira (1758-1819). Alvarenga Peixoto, seu esposo, a homenageou num lindo poema – “Barbara Bela” - por ele escrito quando estava preso em razão da Devassa da Inconfidência Mineira.

²⁷ Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa*, editora Paz e Terra, 7ª edição, São Paulo, 2010, pág. 191 e 192.

²⁸ Francisco de Paula Freire de Andrada (1751-1808).

²⁹ Mário Caldonazzo de Castro, ob. cit., pág.90.

³⁰ Idem, pág. 104.

³¹ A primeira Devassa foi instaurada por determinação do vice-rei de Portugal no Brasil, Luis de Vasconcelos (1742-1809), que esteve à frente do governo colonial entre 1779 e 1790, e a segunda por ordem do Visconde de Barbacena que era o governador da Capitania de Minas Gerais.

³² Joaquim Silvério dos Reis Montenegro Leiria Grutes (1756-1819). Natural de Portugal e contratado. Foi o primeiro delator do levante Inconfidente. (Pedro Doria, ob. cit. pág. 10).

³³ “A ocasião para isso perdeu-se”, assim disse Tomás Antônio Gonzaga para o Cônego Luis Vieira, dando conta de que não mais seria possível deflagrar-se o levante Inconfidente. (ADIM, vol. 5, pág. 255, 3ª inquirição do Cônego Vieira)⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, *História da Inconfidência de Minas Gerais*, editora Itatiaia, 3ª edição, Belo Horizonte, 1968.

- AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA (ADIM), Câmara dos Deputados e Governo do Estado de Minas Gerais, Brasília-Belo Horizonte, impresso pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, (11 volumes), 1976.

- KENNETH MAXWELL, *A Devassa da Devassa*, editora Paz e Terra, 7ª edição, São Paulo, 2010.

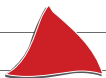
- LAIMA MESGRAVIS, *História do Brasil Colônia*, editora Contexto, São Paulo, 2017.

- LUCAS FIGUEIREDO, *Boa Ventura! A Corrida do Ouro no Brasil (1697-1810)*, 5ª edição, editora Record, Rio de Janeiro, 2012.

- LUCAS FIGUEIREDO, *O Tiradentes – Uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier*, editora Companhia das Letras, 1ª edição, São Paulo, 2018.

- MÁRIO CALDONAZZO DE CASTRO, *Autos da Devassa – A Inconfidência Mineira por detrás da Cortina: o Levante, Tiradentes, o Advogado e o Processo – Juruá Editora, Curitiba, 2016.*

- PEDRO DORIA, , 1789 – *A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil*, editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2014.



RIO POMBA E SUA HISTÓRIA

MANOEL HYGINO DOS SANTOS

Jornalista, membro da Academia Mineira de Letras



Quem consultar a já clássica “Toponímia de Minas Gerais”, de Joaquim Ribeiro Costa, encontrará: “Rio Pomba, rio deste nome que banha a cidade e toda a região, paróquia de São Manoel do Pomba, por provimento de 16/11/1718. A paróquia foi instalada pelo seu primeiro pároco, padre Manuel de Jesus Maria, a 25/12/1767”. Mas quem quiser conhecer mais sobre a antiga localidade vai encontrar muito de interesse, embora sem a popularidade de Ouro Preto e Mariana.

Situada na Zona de Mata Mineira, de que Ubá é a principal cidade, Rio Pomba já se chamou apenas Pomba. Os registros históricos esclarecem que a região, nos primeiros anos dos setecentos, era habitada pelos índios coroados (croatas) e cropós, estabeleci-

dos em Guarapiranga, que enfrentaram, em ataques violentos, os brancos que chegavam.

Soberano de Portugal D.João V, criou por provisão régia, em 16 de fevereiro de 1718, a paróquia de São Manoel do Pomba, enquanto em 16 de fevereiro de 1724 se instituía a de Guarapiranga. Por ali passaram expedições exploratórias, entre as quais a do capitão Inácio de Andrade, que a percorreu em 1750, plantando uma roça e instalando destacamento militar.

A partir da segunda metade do século XVIII, houve mudança na política de convivência dos colonizadores com os índios, sendo Luiz Diogo Lobo da Silva nomeado governador, em 23 de dezembro de 1763. Autorizou, então, a criação



de uma missão catequética, designando o Padre Manoel de Jesus Maria, vigário encomendado da matriz a ser erguida (por provisão de 25 de setembro de 1767). Assim, naquela data, numa capela tosca e modesta, de madeira, coberta por folhas de palmeiras, o Padre Manoel celebrou a primeira missa na Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Croatos e Cropós.

Atendendo ao apelo e determinação do governador, o bispado de Mariana, primeiro no território mineiro, encarregou o padre Manoel da missão conciliadora. Permaneceu em Arraial do Pomba desde 1767 até sua morte, em 1811, e lá viviam cerca de três mil pessoas, índios e brancos.

Para a missão colonizadora, organizou-se expedição chefiada pelo capitão Francisco Pires Farinho, a quem coube atuar junto aos nativos, contando com seu irmão Manoel Pires Farinho, utilizando os índios pacificados também como intérpretes. Em 25 de dezembro de 1767, deu-se posse à freguesia, lavrando-se o respectivo ato.

A freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Croatos e Cropós foi declarada coletiva por Resolução Régia e mediante Consulta da Mesa de Consciência e Ordens, em 15 de junho de 1771. Pela carta de apresentação de 13 de outubro de 1771, o vigário Manoel de Jesus Maria foi promovido a colado, em 23 de abril de 1772. Na

época, o povoado já possuía uma escola de primeiras letras e de doutrina, na qual o vigário era auxiliado por José Crisostomo de Mendonça.

Pela resolução da Regência de 13 de outubro de 1831, a povoação de São Manoel do Pomba foi elevada a vila, sendo o pelourinho instalado no dia 25 de agosto do ano seguinte. A elevação a cidade se deu pela lei nº 881, de 6 de junho de 1858.

O município se estende por 252,4 km² e contava com 17.910 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 71 habitantes por km² no território do município. Vizinho de Tabuleiro, Silveirânia e Guarani, Rio Pomba se situa a 30 km a Sul-Oeste de Ubá, e está a 434 metros de altitude.

Muitas foram as variações toponímicas, mas sua denominação, vigente até hoje, ocorreu em 1948, com a lei nº 336, de 28 de dezembro. A valorização da história lhe garantiu e garante pontos turísticos e culturais preservados. Alguns deles são a Igreja Matriz de São Manoel, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; o Museu Histórico de Rio Pomba e a Praça Dr. Último de Carvalho.

Sua economia se alicerça em atividades na agropecuária, na indústria e nos serviços, possuindo indústrias de nutrição animal, confecção de artigos do vestuário e acessórios de artigos de borracha e plástico, de móveis, de produtos alimentícios e de bebidas. Conta com infraestrutura para receber visitantes, como hotéis, restaurantes e bares. Hoje conhecida como “Cidade Sedução” e com mais de 250 anos de fundação, Rio Pomba é referência para estudantes, para investidores na área de serviços e eventos que envolvem tanto o lazer (como o cinquentenário Torneio de Férias), com shows nacionais, Carnaval e

Exposição Agropecuária. Além disso, por seu valor histórico, pelo conjunto arquitetônico preservado, integra também a maior rota turística do país, a da Estrada Real, ajudando no resgate das tradições e na valorização da identidade e das belezas da região.

Em pesquisa, em andamento, Amanda Luisa da Silva e Monique Andrade da Silva afirmam que “a cidade do Rio Pomba-MG foi influenciada por toda a identidade republicana, representada em suas escolas e refletindo em toda a população noções de cidadania, amor à pátria, respeito às leis e aos governadores e educando para o trabalho. Deste modo, em 1964, surgiu a primeira escola agrícola de Rio Pomba, visando aliar instrução e trabalho, para a formação do cidadão que participa das riquezas que são produzidas, mas não é beneficiado pelo trabalho”.

Pesquisadores de arte que trabalharam em Rio Pomba, “estudando os acervos das imagens das demais capelas originariamente vinculadas à Freguesia de São Manoel, contataram que a Zona da Mata, historicamente esquecida pelas políticas de patrimônio cultural, recebeu da região mineradora muito mais que as fortunas para investimento na cafeicultura, nas obras de devoção e principalmente as influências e conhecimento com as oficinas artísticas mais importantes estabelecidas na região do ouro”.

Rio Pomba se exponenciou, sob certos aspectos, mais do que como empório de café, produto que tanto deu importância à economia regional. Sua história se enquadra no próprio processo de desenvolvimento do território e da província, atraindo pesquisadores e investidores de múltipla procedência, além dos que ali tinham nascido, alertando os gestores municipais para a riqueza que administravam.



Ao completar 250 anos de fundação, Rio Pomba adotou um ícone representativo de sua riqueza histórica e cultural e que a situa como berço da civilização da Zona da Mata Mineira. A sua igreja é o símbolo de sua fundação, quando personalidades, índios, escravos e o Padre Manoel assinaram o Termo de Posse.

No local da antiga capela, ergueu-se a Igreja Matriz de São Manoel, com o entusiasmo do Padre Calixto Gonçalves da Cruz, e sua pedra fundamental se lançou em 13 de maio de 1912, sendo concluída em 1918. Seu projeto é do engenheiro Joaquim Furtado de Menezes e a construção de Quirico e Silvano Marini.

O conjunto arquitetônico da Matriz é integrado pelo Fórum Ministro Nelson Hungria. A praça correspondente, antes do Pelourinho e do Largo da Alegria, conta com um coreto, importado da Bélgica, e do lago com chafarizes e ponte, de estatuetas represen-

tando as estações do ano, cujos canteiros com contornos de cimento imitam madeira.

O prédio do Museu Histórico do Rio Pomba, na rua Domingos Ignácio, que serviu de agência ao Banco de Crédito Real, é considerado a principal peça do seu arquivo. É uma construção assobradada de estilo eclético, forte expressão da riqueza da república do café, símbolo de modernidade, presente em edifícios das principais capitais brasileiras. Hoje, abriga o Museu Histórico.

O que é a cidade se poderá verificar com uma visita ao seu Museu Histórico, que completará 30 anos, em 2022. Seu acervo soma além de 19 mil objetos, como peças, fotografias, documentos, livros, periódicos e outros.

Em meio à sua tranquila existência neste século, Rio Pomba foi aquinhoadada com uma nova boa notícia. Uma imagem de São Manoel, ali conservada e venerada, foi objeto de porme-



norizados estudos. Tida como de origem portuguesa, foi considerada obra do Aleijadinho.

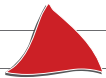
O historiador André Vieira Colombo e o restaurador Valtencir Almeida, que estudavam o acervo da paróquia de São Manoel, concluíram – com base em exames aprofundados, inclusive de laboratório, que o São Manoel seria obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, o que será oportunamente confirmado.

A peça, com 1,20 metros de altura, passara por várias repinturas. Convidado, o historiador Adriano Paiva identificou detalhes valiosos sobre as origens e relações do Padre Jesus Maria, que era negro e se aproximara do escultor na igreja de Nossa Senhora do Antônio Dias, em Vila Rica (tema focalizado pelo memorialista local Sinval Santiago). Enfim, André Colombo constata que o sacerdote foi sacristão e ali o Aleijadinho, como seu pai, o arquiteto português, Manoel Francisco Lisboa, trabalharam. Acrescente-se que a igreja de São Manoel, de-

molida na década de 1910, teria sido projetada pelo referido artífice, hipótese hoje objeto de estudos por especialistas.

São conclusões novas sobre velhos fatos, que se vão desvendando e honram Rio Pomba e sua história, suscitando mais interesse pela cidade – pelas descobertas recentes e outras que podem surgir.

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Rio Pomba já providenciou o respectivo tombamento da imagem em questão, ao IEPHA, em nível estadual. O padre João Francisco Xavier, titular da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, considera que o restauro da imagem e a atribuição de autoria ao Aleijadinho, reúnem uma história de fé e preservação cultural. Antes se julgara que fora uma doação da rainha de Portugal, D. Maria I. Agora se tem uma surpresa providencial que faz as atenções se voltarem para Rio Pomba, com seus 253 anos.



SOBRE “SÁ LUÍZA DA CANANÉIA”

JOSÉ ANTÔNIO DE ÁVILA SACRAMENTO

Membro efetivo da Academia de Letras, do IHG e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de São João del-Rei - MG.



Uma virtuosa senhora nasceu, viveu e morreu em Cananéia, sub-burgo que não é parte do território da Terra Prometida e nem da antiga Capitania de São Vicente/SP, paragem de belas praias onde a esquadra de Martim Afonso de Souza ancorou no dia 12 de agosto de 1531. A Cananéia a que me refiro é um simples povoado habitado por cerca de 50 almas e que fica situado um pouco além do Distrito de Emboabas (cujo topônimo original era e poderia voltar a ser São Francisco do Onça), no Município de São João del-Rei - MG. Foi naquele local que veio à luz Luíza Maria de Jesus, no dia 20 de agosto de 1873; ela era filha de Aureliano José Moreira e Maria (de tal), tendo recebido, por causa do nome do pai, o apelido de Luíza “Leriana” (corruptela de “Luíza do Aureliano”).

Depoimentos nos dão conta de que ela era uma criatura amável, caridosa, não tinha preconceito algum, considerava todas as pessoas como boas e tudo o que fazia era por amor a Jesus e devoção ao Santíssimo Sacramento. Era preocupada com as pessoas, boa conselheira, era como se fosse uma santa mesmo, como afirmam aqueles que conhecem um pouco da sua história ou que de alguma forma obtiveram suas bênçãos. Ela não sabia escrever mas lia bem nos livros da igreja, organizava rezas comunitárias e, nas suas andanças de léguas e léguas, pedia adjutórios para construir a Capela do Sagrado Coração de Jesus, em Cananéia, templo ainda existente. Vivia rezando e cantando benditos. Nas jornadas que ela empreendia,





quando muito necessitava, pedia pouso em fazendas ou povoados, mas recusava-se a dormir na cama que para ela fosse ofertada: tomava apenas a coberta, estendia-a no assoalho ou chão batido e ali passava a noite, deixando o leito intacto. Luíza vivia em estado de penitência e até mesmo à comida ela misturava cinzas ou água para mascarar o sabor e destituir o prazer de saborear o alimento: dizem que ela comia apenas o suficiente para não morrer de inanição. Os moradores do povoado de Cananéia e de “São Francisco do Onça” ainda narram a história da vida devotada de Sá Luíza e atribuem a ela muitas graças alcançadas, como a cura de doenças e outros prodígios. Há registros de que Sá Luíza caminhava a pé, em jejum,

para comungar na igreja franciscana em São João del-Rei, toda primeira sexta-feira do mês, percorrendo a distância de quase 40 quilômetros (80km ida e volta); ela passava pelo arraial de São Francisco do Onça, parava brevemente em fazendas, mas não aceitava nada que lhe oferecessem, nem mesmo água tomava, pois acreditava “que para receber Jesus no coração tinha que fazer jejum absoluto”.

Em abril de 2017, numa despreziosa conversa com o professor Abgar Antônio Campos Tirado, na sede Academia de Letras de São João del-Rei, eu acabei comentando que estava pesquisando sobre “Sá Luíza da Cananéia”, e, numa surpresa agradável, ouvi

do meu ilustre confrade: “eu a conheci”! Então, solicitei-lhe um depoimento sobre a pesquisada, e ele, mui gentilmente, ofertou-me o importante relato manuscrito que ora transcrevo: “Atendendo a solicitação do meu amigo, o ilustre intelectual são-joanense José Antônio de Ávila Sacramento, escrevo algumas palavras sobre a virtuosa e santa criatura, que foi ‘Sá Luíza’. Sendo eu muito criança ainda, lembro-me de que essa santinha visitava com frequência nossa casa, sita à Rua Padre José Pedro, número 212, ao lado da Igreja de São Gonçalo Garcia, onde então morávamos, junto a nossos pais, Antônio Tirado Lopes e Águeda Campos Tirado. Segundo me lembro, era miúda, franzina e muito clara, sendo quase cega. Era uma pessoa serena e meiga e, por enxergar muito pouco, aproximava muito seu rosto quando conversava conosco. Já sabia que ela estava construindo uma capela, mercê de ingentes esforços. Não me lembro se pedia doações a nossos pais para sua piedosa obra. Sei que era muito amiga nossa e tínhamos muito prazer em recebê-la. Relativamente há pouco tempo, fiquei sabendo através da nossa vizinha Maria Helena Resende, a Lelé, que seus avós, sr. José de Carvalho Resende e sua esposa, d. Zezé, hospedavam “Sá” Luíza em sua casa, situada à Praça Frei Orlando (hoje Palácio Episcopal). Para ela preparavam uma boa cama. Entretanto, nossa contemplada deixava de usar deste conforto, para deitar-se no

“...ainda narram a história da vida devotada de Sá Luíza e atribuem a ela muitas graças alcançadas, como a cura de doenças e outros prodígios.”

duro chão; nem tocava na cama. Vê-se que ‘Sá’ Luíza vivia de sacrifícios. Interessante, desde que tive notícia do grande movimento em favor do processo canônico de Nhá Chica, pensava eu: por que tanto esforço em prol de Nhá Chica e nada em favor de ‘Sá’ Luíza? Depois considerei que não era injustiça: Nhá Chica, além de sua indiscutível santidade, tinha grande prioridade cronológica. Tudo a seu tempo. Foi, pois, com grande alegria que me inteirei do fato de estar ela sendo lembrada, graças aos esforços do sr. José Antônio de Ávila Sacramento, não sabendo se haveria mais pessoas nesse justo e santo mister. Que possamos ver ‘Sá Luíza’ elevada à honra dos altares!”. (Abgar Antônio Campos Tirado - São João del-Rei - MG, em 04 de abril de 2017).

A Certidão de Óbito emitida pelo Cartório Civil de Emboabas certifica que em 22 de novembro de 1958, no livro nº C-5, às folhas 45v, sob o nº 1049, foi registrada a morte de Luíza Maria de Jesus “fa-

lecida em 21 de novembro de 1958, no lugar denominado Cananéia, de cor branca, profissão do lar, com 85 anos, solteira, (...) tendo sido declarante Leopoldo José Vicente Filho, que deu como causa da morte proveniente de incêndio e o sepultamento foi feito no cemitério de Emboabas”. Luíza “Leriana”, já idosa e cega, estava em sua casinha e não percebeu a lamparina acesa cair em cima do colchão de palha, ocasião em que as chamas alastraram-se, consumiram o casebre, vindo a carbonizá-la.

Acredito que são devidas homenagens aos “santos” e “santas” que ainda não foram reconhecidos ou declarados oficiais pela Igreja Católica, trazendo à luz a fama da virtuosidade e da santidade que tiveram em vida e que através da população continuaram a merecer mesmo depois da morte. A prática de intenso ascetismo, a pobreza evangélica e o isolamento eremítico de tais criaturas são acrescidos com múltiplas narrações sobre suas benignidade, devoção e piedade; então, são consideradas personalidades extraordinárias, que trouxeram alguma ou muita luz para o povo na época em que viveram.

O cardeal José Sarai-va Martins, prefeito Emérito da Congregação para as Causas dos Santos da Santa Sé, com o mesmo pensamento do filósofo francês Henry Ber-

gson, considera que “as maiores personagens da história não são os conquistadores, mas os santos”, e que os exemplos de santidade propiciam o aparecimento de novos modelos culturais que ajudam a dar respostas aos problemas e aos desafios dos povos, oferecendo a possibilidade de haver progressos para a humanidade no caminho da história.

Sabemos que o início de um processo que pode culminar numa canonização, quando

aceito, tem o curso complicado e costuma ser dispendioso e bastante demorado. Por outro lado, percebemos que no catolicismo popular as pessoas geralmente buscam e encontram solução para seus problemas e aflições através de cultos a “santos” e “santas” ainda não oficializados pela Santa Sé,

os quais são eleitos, representados e aceitos como modelos de santidade para determinados grupos sociais. Então, é preciso entender que a experiência do catolicismo popular revela a possibilidade de o homem dialogar com os seus valores culturais e religiosos sem entrar em contraposição declarada à Igreja. No catolicismo popular as pessoas não deixam de reconhecer a palavra do sacerdote, respeitam os sacramentos, mas contornam o formalismo intrin-

cado do catolicismo romanizado através de uma espécie de estrada mais curta para a religiosidade, atitudes que, no meu entendimento, não são depreciativas e nem marginais. Os habitantes das regiões rurais viviam (e por vezes ainda vivem) em locais onde a presença constante de padres nem sempre é possível. Assim, eles desenvolveram experiências religiosas sem a mediação direta dos sacerdotes e estabeleceram ligações com os santos protetores

“...durante muitos anos ficou esquecida pela Igreja a virtuosidade de “Nhá Chica, a ‘santa’ do Distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno”, que viveu na cidade de Baependi...”

res ou com as pessoas virtuosas, que viviam em estado de graça, numa espécie de catolicismo heterodoxo aos olhos da Igreja (de certo modo, parece que a importância antropológica e psicossocial das devoções populares não canônicas ainda não foram bem assimiladas oficialmente). Os “santos” do credo popular ainda não estão nos altares, embora sejam reconhecidos pelo povo como criaturas que viveram e passaram para a eternidade em estado de graça e, portanto, diante das circunstâncias, não necessitam de se submeterem a processo canonizatório para receber veneração.

Temos muitos exemplos não oficiais em terras brasileiras: no nordeste, o Padre Cícero já está “santificado” pelo povo,romeiros e poetas de cordel, os quais nunca se calaram ante o “impedimento” do nome dele pela igreja Católica; em Rio Pomba, na Zona da Mata de Minas Gerais, encontramos a figura virtuosa de Floripes Dornelas de Jesus, a “Lola”, leiga e devota do Sagrado Coração de Jesus; na Região das Vertentes Mineira, podemos citar a “Santa” Manoelina dos Coqueiros, que num cômodo de terra batida, rezava e curava pessoas em Entre Rios de Minas, atual Desterro de Entre Rios; na mineira São João del-Rei, durante muitos anos ficou esquecida pela Igreja a virtuosidade de “Nhá Chica, a ‘santa’ do Distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno”, que viveu na cidade de Baependi e só recentemente foi beatificada (processo que tramitou sob os cuidados da Diocese de Campanha - MG); entaves ainda desconhecidos ou misteriosos emperram o início do processo para reconhecimento oficial da virtuosidade do padre Miguel Afonso de Andrade, que em vida fora considerado “santo” no Distrito de São Miguel do Cajuru e Região dos Cam-

pos das Vertentes, locais onde, quando é invocado, ainda opera muitos prodígios. Em Minas Gerais são também famosos o Padre Francisco de Paula Victor, o “anjo tutelar” de Três Pontas, beatificado no mês de novembro de 2015; não podemos nos esquecer de Filomena, a “mártir de Araxá”, do Padre Eustáquio (beatificado em 2006), da Irmã Benigna, a “santa da fartura” de Diamantina, e nem da “Menina Marlene”, de Belo Horizonte, dentre muitos outros e outras...

Se a todos os santos e santas, reconhecidos ou não, é dado o poder de desempenhar a função de intermediários entre o céu e a terra, por que será que nem todos gozam igual prestígio? Por que apenas alguns alcançam aceitação plena, oficial, e outros ficam como que esquecidos? Como mediadores entre os homens e Deus, santos formais e populares não se excluem, não substituem-se e nem se rivalizam-se e deviam de permanecem unidos uns aos outros.

A fé depositada em tais criaturas, principalmente pelos sertanejos, é convicção emotiva que se sucede à cura de males do corpo, ao consolo de angústias, às saídas de situações aflitivas, ao livramento de agruras e superação de desafios diversos: o indivíduo pede, recebe a graça, e passa a crer na proteção do “santo”, depositando nele a sua fé como intercessor diante de Deus, independentemente do posicionamento oficial da Igreja, e isso basta! E é desta forma que até hoje ainda permanece intacta a fama da virtuosidade e santidade que “Sá Luíza” desfruta e a de muitos outros e outras que emanam luzes virtuosas que brilham com muita intensidade nos momentos das aflições variadas, como se fossem faróis a alumiar as noites mais escuras!



É hora de reorganizar o **TURISMO** e garantir fluxos

MAURO WERKEMA

Jornalista e escritor



Os destinos turísticos mineiros vivem um momento de grande demanda. O fenômeno alcança principalmente os destinos mais próximos das grandes cidades e situados até 250 km de distância dos centros emissores, permitindo viagens curtas com uso do “automóvel e do asfalto” e realizando o que os turismólogos dizem ser “a fuga do urbano”. É claro que esta conduta reflete, em sua maior parte, a ânsia das pessoas de saírem do recolhimento domiciliar imposto pela pandemia e reflete, portanto, o desejo de conviver com novos lugares, novas pessoas, novos e prazerosos momentos, numa espécie de compensação pelo isolamento a que foram submetidas nos últimos quase dois anos.





O resultado é bom para os destinos turísticos que experimentam fortes demandas, como mostra a ocupação de hotéis, pousadas, restaurantes, pontos de visitação. O que permite que ganhem mais recursos, refazendo receitas perdidas na epidemia.

Mas o fenômeno deve permitir uma reflexão sobre a qualidade do chamado “turismo receptivo”, ou seja, como os destinos estão recebendo seus hóspedes e o que podem fazer para que a boa e satisfatória acolhida resulte em um efetivo e permanente crescimento da demanda. O fato é que o crescimento súbito dos visitantes expõe falhas, carências e desorganizações em diversos serviços que contribuem para a satisfação do visitante e que o estimulam a retornar. O fenômeno é sentido muito claramente em Ouro Preto, principal destino turístico de Minas e um dos mais conhecidos do Brasil, expondo falhas nos atendimentos. É hora, portanto, de corrigir erros e qualificar os prestadores de serviços, de toda a cadeia do turismo, ganhando em qualificação do destino e estimulando retornos.

O turismo receptivo eficiente e garantidor de qualidade exige um bem organizado sistema integrado de prestação de serviços, que deve se distinguir pela qualidade. O turista deve obter informações dos destinos e seus atrativos nos meios de divulgação, hoje otimizados e facilitados pela informação eletrônica. Então, a promoção via Internet e seus aplicativos é fundamental e deve ser completa, ampla, detalhada, confiável, esclarecedora e, sobretudo, verdadeira. Estas informações são o primeiro passo de captação de clientes. E devem mostrar os meios de hospedagem, ofertas de alimentação, vias e meios de acesso, preços e a variedade de outros atrativos, culturais, naturais, artísticos e tudo que possa atrair, motivar e qualificar destinos. Esta é uma questão fundamental do mundo contemporâneo, informatizado.

É salutar discutir Ouro Preto, nosso exemplo maior. É preciso uma boa recepção ao turista, informando sobre os atrativos, seus horários, orientação do trânsito, local de estaciona-



mento (este um grande e antigo problema, ainda sem solução), roteiros de deslocamento, horários de visitação, as ofertas culinárias típicas, os atrativos raros e singulares, senão únicos, a presença de guias capacitados, a cidade limpa, a existência de segurança pessoal e patrimonial, folheteria de qualidade (esta outra carência), a capacitação do pessoal de atendimento, nos hotéis, restaurantes, pontos de visitação e muito mais. Outra questão importante é dada pelos altos preços, alguns extorsivos, que exploram o turista e não o turismo e que flutuam conforme momentos de maior ou menor demanda. O turista percebe e se afasta.

Tudo isto capacita os destinos a perpetuarem-se como recebedores de visitantes de maneira permanente. O momento vivido, nesta pós-epidemia, permite avaliar toda a cadeia de prestação de serviços do turismo e identificar e remover obstáculos, erros, omissões, incapacidades. Esta é a hora uma vez que a demanda aumentada permite colher sugestões, opiniões e avaliações. Os gestores públicos do turismo, mas também os prestadores de serviço, precisam saber que o visitante é uma

pessoa que deseja ser bem recebido, paga por isto, tem opiniões e faz julgamentos, é sensível a quaisquer falhas. E precisa saber, sobretudo, que o turismo e sua imensa cadeia de ofertas, está no setor serviços, que o mais sensível de todos da economia moderna. E que um destino pode extinguir-se, ou perder sua reputação e fluxos turísticos, se não cuidar da qualidade do serviço prestado. E, finalmente, é muito importante lembrar que a gestão eficiente do turismo não se faz somente pelo setor público ou os administradores públicos eventuais. A responsabilidade é de todos que trabalham na recepção e orientação ao visitante, em todos os seus momentos.

Enfim, é possível que o fenômeno eventual deste pós epidemia seja bem aproveitado para corrigir carências e distorções e, com isto, manter o fluxo extraordinário de visitantes. É bom lembrar também que o turismo é um forte gerador de emprego e renda, em giro rápido, capaz de melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas e empresas que atuam neste setor. Mas exige qualidade e gestão eficiente e voltada para a satisfação do cliente.

RESTAURAÇÕES SINGULARES NO BRASIL

e outras experiências acerca do patrimônio nacional



Projeto do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Integração Cultural | INDIC, viabilizado por meio da Lei Federal de Incentivo a Cultura.

São dois volumes que versam sobre restaurações de importantes monumentos nacionais, mostrando em imagens e detalhes técnicos, aliado a aspectos históricos suas trajetórias e recuperações pelo país, resumindo algumas delas e detalhando a do Convento dos Mercedários e sua anexa Igreja das Mercês de Belém do Pará, no volume I e o Teatro Amazonas no volume II.

Contém, ainda, o primeiro volume, cópia de instigante processo judicial do século XIX, cujo resultado deu à Fazenda Nacional, por vários anos, a posse da Igreja. Discussão jurídica, na época da recém instalada república, recheada por conceitos que deram, posteriormente, origem ao Código Civil Brasileiro.

Para adquirir seu exemplar a preço promocional entre em contato: indic.br@gmail.com



Patrocínio | volume I



33 |



Patrocínio | volume II

Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



memoriacult.com.br

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas em atualizações constantes.

Curta nossa página
facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com